

EUROPA: IMAGINAÇÃO E PUNIÇÃO

José Manuel Pureza

(publicado no Le Monde Diplomatique, edição portuguesa, em Março de 2012)

Se há uma tendência pesada que emerge na recorrente busca de uma identidade para Portugal, essa é a de uma pertença sempre por cumprir à Europa. Primeiro o colonialismo real, acompanhado pela fantasia ideológica da benignidade – quando não mesmo da solidariedade – luso-tropical, depois o atlantismo segregado nas malhas da guerra fria, encarregaram-se de dar à Europa esse cunho de referência do centro de que a periferia ambiciona aproximar-se.

Desde a sua inserção como Estado membro da então Comunidade Europeia, Portugal tem continuamente experimentado a dialética entre a imaginação do centro (para usar a expressão de Boaventura de Sousa Santos) e a realidade da periferização. O discurso do “europeísmo convicto” e o monopólio por si reivindicado do apoio ao “processo de construção europeia” alimenta-se dessa reificação de um sonho – o de um país pobre que se torna igual aos países ricos por conviver de perto com eles. As metáforas da “locomotiva” e do “bom aluno” deram, no seu tempo, expressão a esta fé. Os fundos comunitários, esses, deram-lhe suporte social alargado. Tudo ao serviço de uma estratégia de modernização conservadora, que paradoxalmente perpetua as razões fundas do atraso estrutural do país: uma concentração crescentemente desigual da riqueza e uma lógica rentista e avessa ao risco por parte das elites económicas e empresariais.

Na verdade, o problema de Portugal é de atraso, de um atraso estrutural, em que se materializa a sua condição periférica. E esse é um diagnóstico que certamente incomoda quer os arautos do dito “europeísmo convicto” quer “os nossos parceiros europeus”, em ambos os casos porque se trata de uma constatação que põe em causa a narrativa que confere primazia à imaginação sobre a realidade. Mas é objetivamente desconfortável sobretudo para uma parte desses “europeístas convictos” porque faz retroceder a compreensão do problema português àquilo que era o quadro europeu no momento da adesão de Portugal, em meados de oitenta. Nessa Europa, a social-democracia não havia ainda capitulado aos pés do ideário neoliberal. A coesão económica, social e territorial era ainda uma pré-condição do espaço económico unificado. Instrumental relativamente ao desígnio do mercado comum, por certo, mas com peso próprio e significativo na gestão

dos equilíbrios regionais e na conceção dos modelos de governação nacional dos Estados membros. Esse quadro mudou porque a direita quis e a social-democracia deixou.

A marca principal da conquista de uma hegemonia alargada pelo pensamento neoliberal na Europa foi a inversão da relação política entre centros e periferias. Desde logo em escala nacional e a respeito das periferias sociais: o neoliberalismo europeu fez triunfar um senso comum segundo o qual a única verdadeira expressão de estima pelo Estado Social é a que anima a sua miniaturização institucional, regulatória e garantística – “menos Estado, melhor Estado” – cujos impactos diretos (salariais) e indiretos (serviços públicos desmantelados, carga fiscal acrescida e direitos sociais transformados em assistencialismo de exceção) se abateram de modo inclemente sobre o mundo do trabalho.

Mas a viragem neoliberal está a ter também uma dimensão específica na governação do espaço europeu enquanto tal – e essa é a da representação das suas periferias físicas como lugares de desgoverno. A narrativa dos PIIGS é de uma aplicação quase linear à Europa do quadro forjado no mundo académico anglo-americano que tem no conceito de “Estado falhado” a sua referência. A literatura sobre *failed states* veicula uma visão do mundo em que as periferias são representadas como lugares em que, alegadamente por razões endémicas, a estatalidade não vingou e em que o caos fatalmente impera. À comunidade externa cabe, de acordo com essa literatura, a função salvífica de intervir para impor práticas de “boa governação” institucional e económica como condição para o acesso a fundos. Como no imaginário de Hollywood, o sistema sai incólume de uma fotografia em que os facínoras são reses tresmalhadas, casos pontuais de desvio patológico. A governação atual da Europa tem assumidamente este mesmo registo. Para os cânones neoliberais que imperam em Berlim, em Paris ou em Bruxelas, o problema não é a clamorosa falha da arquitetura do euro e a sua deliberada incapacidade de assumir que um espaço monetário integrado com níveis de desenvolvimento profundamente desiguais entre os seus membros ou tem mecanismos de compensação de alcance supranacional ou entra numa espiral de dependência de uns relativamente aos outros com a consequente polarização política perversa e destrutiva. Não, para o neoliberalismo europeu o problema é a presença de “Estados falhados” num clube reservado a “boas governações”. Para essa dicotomia entre virtuosos do Norte e preguiçosos e irresponsáveis do Sul só há, nesta visão das coisas, uma saída: intervenções disciplinadoras dos primeiros sobre os segundos, em que o castigo do prevaricador indolente o purificará e trará ao redil dos puros. Essa cura

chama-se austeridade e a doença chama-se Estado Social cujo primeiro sintoma é o endividamento.

Mas regressemos por um momento a Portugal. Numa recente entrevista, um eurodeputado de direita opinou que "Portugal tem de ser mais alemão que os alemães". E acrescentou: "Nós somos observados ao mais pequeno pormenor e cada greve que é feita mancha a imagem de Portugal (...) Eu não acho que o património da responsabilidade seja apenas do governo e não tenha de ser também dos sindicatos e da oposição".

A imaginação do centro convoca hoje, no discurso dos "europeístas convictos", a uma exibição pública de virtudes sendo a mais importante de todas a de "remarmos todos para o mesmo lado". A acalmia dos mercados tornou-se desígnio nacional. E a diferenciação da Grécia, tida como caução desse desígnio e penhor de um ânimo nacional reduzido à possibilidade de se imaginar no centro, exige – eis a advertência do discurso dominante assimilado pelo senso comum – uma neutralização do protesto e da busca ativa de alternativas. O cuidado com a "imagem externa" é uma óbvia estratégia de pressão ideológica e política destinada a enaltecer um programa e a desqualificar socialmente as soluções distantes do cânone. Mas mais. O que a linguagem virtuosa dos "europeístas convictos" evidencia é que a nova relação de poder entre centro e periferia se faz de responsabilização das periferias pela demonstração de que, custe o que custar, nada, nem mesmo o sistema de poder, poderá conduzi-las à condição de Estados falhados. Daí a sobre-exacerbação da virtude, daí a sobredosagem da terapêutica. Tudo como prova da tenacidade individual de cada Estado, preservando a intocabilidade do sistema que determina a sua governação.

Os desenvolvimentos mais recentes da governação económica da União Europeia não vieram senão reforçar esta auto-flagelação dos Estados periféricos como sua referência central. O chamado Pack 6 (5 diretivas e um regulamento) sobre a governação económica já dera o mote ao adotar o reforço da disciplina preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento através de um sistema de sanções – sob a forma de depósitos ou multas – que podem chegar a 1% do PIB do país punido. Mas foi o Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na União Económica e Monetária – aprovado em 30 de janeiro passado e que concretiza as decisões que haviam sido adotadas na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia de 9 de dezembro – que veio extremar posições nesta governação imposta do centro para a periferia. Sob o pretexto de edificar uma genuína "união orçamental" como forma consistente de pôr termo à crise das dívidas soberanas, o que o tratado realmente consagra é uma visão criminalizadora do

endividamento potenciador de crescimento dos Estados economicamente mais débeis, adensando o estado de negação em que a direção política da UE tem vivido relativamente aos motivos da crise e à sua resolução. A imposição aos Estados partes de inscreverem nas respetivas constituições nacionais ou em leis de valor reforçado o princípio do equilíbrio orçamental e a absoluta excecionalidade de desvios a tal princípio com a obrigação de retorno ao equilíbrio ou superavit orçamentais, a obrigação de redução da dívida pública ao ritmo de 5% ao ano sempre que ela exceda 60% do PIB e a obrigação de cumprimento de um programa vinculativo de reformas estruturais em caso de défice excessivo, completadas pela atribuição ao Tribunal de Justiça da União de poderes de controlo da consagração constitucional ou legal reforçada destas imposições e dos mecanismos de correção automática por elas supostos – eis, em síntese, o retrato da Grande Alemanha travestido de tratado europeu. Como tem sido acertadamente sublinhado, a lógica desta estratégia disciplinar não é outra senão a de operar um *upgrade* jurídico do Pacto de Estabilidade e Crescimento como contrapartida da criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade e das formas de resgate financeiro nele admitidas. O que significa que o duplo garrote dos Estados mais frágeis instituído em Maastricht – por um lado, vinculação de todos membros da moeda única a uma mesma interdição de défices públicos superiores a 3% do PIB, bem como valores da dívida pública superiores a 60% do PIB, o que os impede de ter instrumentos de política económica equilibradores; por outro, inexistência de mecanismos comunitários de compensação e redistribuição – é agora reforçado no seu conteúdo e no seu valor jurídico. E não bastasse esta periferização punitiva dos países periféricos, acresce ainda que o novo tratado prevê o uso do mecanismo da cooperação reforçada em matérias essenciais para o funcionamento da área do euro, conferindo assim uma dimensão juridicamente forte à exclusão não formalizada dos países periféricos da regulação da moeda única.

A crescente combinação entre neoliberalismo e autoritarismo na condução da política europeia mostra como é falsa a alternativa entre inter-governamentalidade e federalismo. A crise do euro e as suas refrações nacionais nas periferias da União é a expressão da falta de coragem política para reconhecer quanto há de perverso na persistência de Europa intergovernamental a mais. Intergovernamental quer de quem manda (o diretório Paris-Berlim que relega as instituições oficiais da União para uma função de mera ratificação formal das suas decisões prévias) e também intergovernamental de quem é mandado (cada um dos países periféricos sujeitos a planos nacionais de austeridade e privatização). Essa Europa intergovernamental a mais é o outro lado de uma Europa comunitária a menos – a Europa social da coesão através dos direitos sociais.

Uma União Europeia governada segundo uma lógica intergovernamental já deu mostras de não ter outro cenário senão o da desconstrução europeia. Mas acreditar que a alternativa a esse cenário que vai surgindo será a comunitarização federalizadora das políticas, em abstracto, é ignorar a política concreta e as relações de forças que a disputam. Há evidentemente políticas de natureza supra-nacional que abrem para caminhos realmente alternativos: a construção paciente de uma convergência forte das periferias como resposta ao cordão sanitário imposto pelo centro em torno de cada economia nacional alvo de ataque especulativo (“nós não somos a Grécia”), a mutualização das dívidas materializada na emissão de títulos de dívida europeia, o dimensionamento do orçamento comunitário que permita políticas de amortecimento dos choques assimétricos ou a mutação do mandato do Banco Central Europeu orientando-o para o financiamento de uma economia europeia apontada ao crescimento e ao emprego. Assim, lançar anátemas sobre a supra-nacionalidade enquanto tal é um erro político grave que premeia os verdadeiros responsáveis pela crise. Mas isto não legitima de nenhuma forma a apologia de uma federalização institucional e política sem conteúdos concretos. A ténue fronteira entre o elogio do federalismo e a vertigem autoritária do modelo de governação económica imposto pelo diretório franco-alemão dá disso conta clara.

A esquerda que se deixe amarrar a estas e outras dicotomias armadilhadas de categorias abstratas perderá sempre. Esse combate ao pensamento armadilhado passa por duas exigências simples. Por um lado, boas políticas que combinem autonomia local com densidade europeia e que assumam sem tibiezas a coesão e o emprego como sua ambição. Por outro lado, uma permanente exigência de democraticidade das decisões e das políticas, com a consciência de que essa legitimação democrática não é um dado de partida mas um processo que se faz de disputa política simultaneamente interior e exterior às instâncias de decisão.